

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 10 a 14/02/2020):

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA	1
Debate sobre Conselho Europeu 20 de fevereiro relativo ao QFP 2021-27	1
Futura parceria entre a UE e o Reino Unido	1
Inteligência artificial: Como assegurar uma utilização segura para os consumidores	2
Uma nova estratégia global UE-África	3
Vietname - aprovação do Acordo de Comércio Livre	4
Debate sobre política externa - Síria	4
Debate com Christine Lagarde sobre as políticas do BCE	4
Outros debates	5
Debate sobre a revisão do quadro de supervisão económica	5
Estratégia para a igualdade de género	5
Branqueamento de capitais: Luanda Leaks	5
2. PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO DA COMISSÃO EUROPEIA	5
3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho extraordinário de Ministros da Saúde	6
4. OUTROS ASSUNTOS	6
Itália - Partido de Matteo Renzi filia-se nos liberais no PE	6
Liderança da CDU alemã	6
5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu - Comissões Parlamentares	6
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA

Teve lugar, de 10 a 13 de fevereiro, a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo.

Debate sobre Conselho Europeu 20 de fevereiro relativo ao QFP 2021-27

O PE debateu as condições para dar a sua aprovação ao Quadro-Financeiro Plurianual 2021-27, [considerando que um financiamento adequado é fundamental para dar resposta a ambições comuns](#), como o combate às alterações climáticas, a transformação digital e ecológica e as suas consequências sociais, o apoio às regiões e cidades, aos agricultores, jovens, investigadores e empresários. Por outro lado, assinalou-se que o financiamento do Pacto Ecológico Europeu não deve implicar cortes em programas bem-sucedidos da UE noutros domínios, defenderam vários eurodeputados. O PE insistiu ainda na introdução de novas fontes de receita (“recursos próprios” da UE).

Este [debate em plenário](#) realizou-se a uma semana da [reunião extraordinária do Conselho Europeu, em 20 de fevereiro](#), na qual os chefes de Estado e de Governo da UE tentarão chegar a um acordo sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027.

Intervieram neste debate os Deputados portugueses [Margarida Marques \(S&D\)](#), correlatora do PE sobre o QFP 2021-2027, [Pedro Marques \(S&D\)](#) - pedido de cartão azul para interpelar o presidente da comissão parlamentar do Desenvolvimento Regional, [Younous Omarjee](#), [José Manuel Fernandes \(PPE\)](#), correlator sobre os recursos próprios, [José Gusmão \(CEUE/EVN\)](#), [João Ferreira \(CEUE/EVN\)](#), [Cláudia Monteiro de Aguiar \(PPE\)](#) e [Isabel Carvalhais \(S&D\)](#).

No dia 13, os **líderes dos grupos políticos PPE, S&D, Renew Europe e Verdes no PE dirigiram uma carta ao Presidente do Conselho Europeu**, instando-o a que não seja aprovado um acordo sobre o QFP e os recursos próprios que não respeite a posição do PE. Nessa missiva, lê-se que “O PE não dará o seu consentimento ao QFP sem um acordo sobre a reforma do sistema de recursos próprios da UE” e que “o PE não aceitará um mau acordo que resulte da pressão do tempo”.

Futura parceria entre a UE e o Reino Unido

No contexto da definição do [mandato negocial](#) para o acordo relativo à relação futura entre a UE e o Reino Unido, o PE aprovou (543 votos a favor, 39 contra e 69 abstenções) uma [resolução](#) que define a sua posição sobre essa nova parceria.

No [debate](#) que precedeu a votação, os Deputados defenderam uma “igualdade de condições para uma concorrência aberta e leal” entre a UE e o Reino Unido em matéria de política laboral, fiscal e ambiental, entre outras, destacando que um acordo de associação com o Reino Unido deverá assentar em três pilares principais: parceria económica, parceria no domínio dos assuntos externos e questões setoriais específicas.

Por outro lado, o PE enfatiza “um país terceiro não pode ter os mesmos direitos e benefícios que um Estado-Membro da UE” e que a integridade do mercado único, da união aduaneira e a indivisibilidade das quatro liberdades (mercadorias, serviços, pessoas e capitais) têm de ser preservadas. A resolução afirma que as normas da UE devem ser salvaguardadas e introduz o

conceito de “alinhamento dinâmico” da legislação e das políticas das partes para evitar um nivelamento por baixo e uma vantagem competitiva injusta.

Um dos setores mais sensíveis é o das **pescas** e o PE afirma que as negociações sobre este setor não podem ser dissociadas e devem ter uma “relação direta” com as negociações sobre a parceria económica no seu conjunto, diz o PE, salientando que as disposições em matéria de pescas devem ser acordadas até 1 de julho de 2020.

finalmente, sobre Gibraltar, o PE apoia que não seja incluído no âmbito territorial dos acordos a celebrar entre a UE e o Reino Unido e que qualquer acordo separado exija o acordo prévio da Espanha.

O Conselho da UE deverá adotar as diretrizes de negociação no dia 25 de fevereiro, permitindo que a Comissão encete as negociações da nova parceria com o Reino Unido no início de março. Qualquer acordo sobre as futuras relações entre a UE e o Reino Unido terá de ser aprovado pelo Parlamento Europeu, que acompanhará de perto as negociações.

Intervieram no debate os Deputados portugueses [Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#), [João Ferreira \(CEUE/EVN\)](#) e [Paulo Rangel \(PPE\)](#).

Inteligência artificial: Como assegurar uma utilização segura para os consumidores

A Comissão Europeia deverá apresentar, no próximo dia 19 de fevereiro, um Livro Branco sobre Inteligência Artificial. Neste âmbito, o PE realizou um [debate sobre como garantir uma utilização segura para os consumidores](#), instando a Comissão a adotar várias medidas para fazer face aos desafios decorrentes da inteligência artificial e dos processos automatizados de tomada de decisões.

Foi aprovada uma [resolução](#) que aborda os desafios colocados pela utilização e pelo rápido desenvolvimento da inteligência artificial (IA). Reconhecendo o potencial do processo automatizado de tomada de decisões para oferecer serviços inovadores e de melhor qualidade aos consumidores, incluindo novos serviços digitais, como os assistentes virtuais e os “chatbots, considera-se que “quando interagem com um sistema que automatiza a tomada de decisões, os consumidores devem estar bem informados acerca do seu funcionamento, saber como contactar a pessoa responsável e entender como é que as decisões automatizadas do sistema podem ser verificadas e corrigidas”.

O PE considera que são necessárias “estruturas de revisão” para corrigir eventuais erros nas decisões automatizadas, defendendo que os consumidores devem poder solicitar a revisão e correção, por um ser humano, das decisões automatizadas que sejam definitivas e permanentes.

Finalmente, consumidores devem ser informados quando os preços dos bens ou serviços tenham sido personalizados com base em processos automatizados e na definição de perfis de comportamento dos consumidores, devendo o mesmo suceder relativamente às regras que proíbem o bloqueio geográfico para assegurar que os processos automatizados não sejam utilizados para discriminar os consumidores com base na sua nacionalidade, local de residência ou localização temporária.

A Deputada [Maria Manuel Leitão Marques interveio no debate, em nome do grupo S&D](#).

- O trabalho da OCDE em matéria de AI

A OCDE tem desenvolvido um trabalho importante de apoio aos governos na medição e análise dos impactos económicos e sociais da AI, procurando identificar boas práticas. No próximo dia 27 de fevereiro, será lançado o [OECD Policy Observatory on Artificial Intelligence](#), uma plataforma online para apoiar o desenvolvimento e a partilha de políticas neste domínio.

Recorde-se que a OCDE promoveu a [primeira definição internacional de princípios gerais sobre AI acordada pelos Governos](#), que se sintetizam no seguinte quadro:

» The OECD Artificial Intelligence (AI) Principles in short

- » AI should benefit people and the planet by driving inclusive growth, sustainable development and well-being.
- » AI systems should be designed in a way that respects the rule of law, human rights, democratic values and diversity, and include appropriate safeguards — for example, enabling human intervention where necessary — to ensure a fair and just society.
- » There should be transparency and responsible disclosure around AI systems to ensure that people understand when they are engaging with them and can challenge outcomes.
- » AI systems must function in a robust, secure and safe way throughout their life cycle and potential risks should be continually assessed and managed.
- » Organisations and individuals developing, deploying or operating AI systems should be held accountable for their proper functioning in line with the above principles.


www.oecd.org/going-digital/ai


[Uma nova estratégia global UE-África](#)

A Comissão Europeia, através do Alto Representante, deverá apresentar a nova Estratégia UE-África no próximo dia 4 de março. Na [sessão plenária desta semana](#), a Comissária Jutta Urpilainen, responsável pelas parcerias internacionais, [antecipou alguns aspetos](#) que constarão dessa estratégia. Referiu-se, em concreto, à integração económica continental, ao desenvolvimento humano, à mobilidade e às migrações, bem como aos desafios climáticos, de digitalização e de igualdade de género, bem como a aposta decidida na juventude.

Por outro lado, enfatizou o trabalho em comum, especialmente com a União Africana, no desenvolvimento de um sistema multilateral baseado em regras. Neste âmbito, e visando também a preparação da Cimeira UE-África (a realizar em Bruxelas, previsivelmente no mês de outubro), haverá uma reunião do colégio de Comissários com a União Africana no dia 27 de fevereiro e uma reunião ministerial conjunta em maio.

- Cimeira da União Africana

A União Africana (UA) realizou a [33.ª Assembleia, em Adis Abeba](#), à qual se deslocaram vários líderes europeus, como o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. Tal é revelador da [crescente importância da parceria com África](#), bem como da vontade política de encetar uma relação renovada. No seu [discurso](#) aos líderes africanos, Michel começou por referir-se ao legado do colonialismo europeu, dizendo que “falava em nome de 27 países europeus, dos quais 22 nunca tiveram colónias” (sic).

Por seu lado, Cyril Ramaphosa, Presidente sul-africano que preside rotativamente à UE, notou que “O princípio de encontrar soluções africanas para os problemas africanos deve ser a abordagem central para todos os conflitos no continente”.

Vietname - aprovação do Acordo de Comércio Livre

O PE aprovou o [acordo de comércio livre](#) com o Vietname por 401 votos a favor, 192 contra e 40 abstenções, podendo este entrar em vigor depois de ser adotado pelo Conselho da UE.

Os eurodeputados deram também luz verde, com 407 votos a favor, 188 contra e 53 abstenções, a um acordo de proteção dos investimentos celebrado entre a UE e o Vietname, que inclui a nova abordagem da UE em matéria de proteção do investimento e o respetivo mecanismo de execução (um sistema de tribunais de investimento permanente, internacional e independente). Tratando-se de um acordo misto, este acordo de proteção dos investimentos terá ainda de ser ratificado pelos parlamentos dos Estados-Membros para poder entrar em vigor.

O [acordo de comércio livre \(ACL\)](#) entre a UE e o Vietname “é o acordo mais moderno, abrangente e ambicioso jamais celebrado entre a UE e um país em desenvolvimento”. Assim que entrar em vigor, 65% das exportações da UE para o Vietname serão isentas de direitos. As restantes exportações (automóveis, produtos farmacêuticos, vinhos, carne de frango, carne de suíno, entre outras) serão liberalizadas gradualmente durante um período de dez anos.

O Vietname é o segundo maior parceiro comercial da UE na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), [a seguir a Singapura](#), com um comércio de bens no valor de 47,6 mil milhões de euros por ano e de 3,6 mil milhões de euros em serviços. No debate sobre este acordo, interveio a Deputada [Lídia Pereira \(PPE\)](#).

Debate sobre política externa - Síria

Num debate sobre a política externa e de segurança comum da UE, e instado pelos Deputados a aprofundar o papel da União no conflito sírio, o Alto Representante Josep Borrell admitiu alguma incapacidade de ação: “Compreendo e partilho o sentimento de frustração de vários dos discursos pois a UE continua impotente face à crise síria. Afirmamos várias vezes que ‘é necessário, temos de agir’, mas com que incentivos, com que força e com que instrumentos podemos influenciar os outros atores no conflito?”. Acrescentou que o que se passa na Síria é “uma grande lição para a Europa, pois se queremos verdadeiramente ser um ator geopolítico, temos de agir e precisamos dos meios para o fazer.” Finalmente, considerou que devem ser redobrados os esforços para identificar os interesses comuns com outros atores internacionais: Rússia, EUA e Turquia, entre outros.

Debate com Christine Lagarde sobre as políticas do BCE

No [primeiro debate em Plenário com a nova Presidente do BCE](#), C. Lagarde destacou que o abrandamento económico exige a continuidade da intervenção do BCE, ainda que os Governos nacionais também tenham de fazer a sua parte, bem como a necessidade de que a política monetária reflita melhor os objetivos ambientais e climáticos. Finalmente, destacou-se que o BCE deve prestar particular atenção às criptomonedas. O PE adotou o seu [relatório](#) sobre o BCE.

Outros debates

Debate sobre a revisão do quadro de supervisão económica

Estratégia para a igualdade de género

Branqueamento de capitais: Luanda Leaks

2. PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO DA COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia [apresentou](#), no dia 13, as [suas previsões económicas do inverno de 2020](#), segundo as quais a economia europeia deverá manter uma trajetória de crescimento firme mas moderado.

A área do euro registou o mais longo período de crescimento sustentado desde a criação do euro em 1999 e o crescimento do PIB na UEM deverá permanecer estável no nível de 1,2 % em 2020 e em 2021. No que respeita à UE no seu conjunto, prevê-se uma ligeira diminuição do crescimento para 1,4 % em 2020 e 2021, face aos 1,5 % registados em 2019.

Para **Portugal**, as previsões estão disponíveis [aqui](#) e apontam para um **crescimento de 2% em 2019 e uma projeção de 1,7% em 2020 e 21**. A inflação registou uma queda de 1,2% em 2018 para 0,3% em 2019, bastante abaixo da média da zona euro.

Para Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo de Uma Economia ao serviço das Pessoas: «Apesar de um ambiente difícil, a economia europeia segue uma trajetória firme, com a continuação da criação de emprego e o crescimento dos salários. (...) os Estados-Membros devem aproveitar esta conjuntura para prosseguirem as reformas estruturais a fim de estimular o crescimento e a produtividade. Os países com uma elevada dívida pública devem igualmente reforçar as suas defesas, aplicando políticas orçamentais prudentes.»

Paolo Gentiloni, comissário europeu responsável pela Economia, notou que: «As perspetivas para a economia europeia apontam para um crescimento estável, embora ténue, nos próximos dois anos. (...) Não obstante, as incertezas políticas são ainda muitas e lançam uma sombra sobre a indústria transformadora. Quanto ao coronavírus, é demasiado cedo para avaliar em que medida terá um impacto económico negativo.»

A Comissão Europeia publica anualmente dois exercícios de previsão exaustivos (primavera e outono) e dois exercícios intercalares (inverno e verão). As previsões intercalares cobrem, para o ano em curso e para o ano seguinte, as taxas de crescimento do PIB e as taxas de inflação anuais e trimestrais para todos os Estados-Membros e para os conjuntos da UE e da área do euro.

O próximo exercício de previsões económicas da Comissão Europeia será o das previsões económicas da primavera de 2020, cuja publicação está prevista para 7 de maio de 2020.

3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho extraordinário de Ministros da Saúde

Foi convocada uma reunião extraordinária do [Conselho \(Emprego - Política Social - Saúde e Consumidores\)](#) para debater a epidemia do coronavírus (COVID-19)

A Presidência distribuiu uma [nota de orientação](#) para o [debate](#), tendo os Ministros [discutido](#) a resposta europeia e os cenários próximos. Foram adotadas [conclusões sobre a matéria](#), onde se apela à intensificação da cooperação internacional.

4. OUTROS ASSUNTOS

Itália - Partido de Matteo Renzi filia-se nos liberais no PE

Com a saída do Reino Unido da UE, o Partido Itália Viva, liderado pelo ex-1.º Ministro italiano, elegeu um Deputado, tendo optado [por se filiar no Renew Europe \(grupo liberal\)](#) e não no S&D (grupo socialista), onde o PE havia [inicialmente alocado esse mandato](#).

Liderança da CDU alemã

Com a demissão de Annegret Kramp-Karrenbauer da liderança da CDU, [anunciada](#) esta semana, começam a surgir os possíveis e declarados candidatos a esse lugar, nomeadamente o Ministro da Saúde [Jens Spahn](#) e [Friedrich Merz](#), além da forte probabilidade de Armin Laschet, primeiro-ministro da região do Norte do Reno Westefália também avançar.

5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu - Comissões Parlamentares

Assuntos Constitucionais (AFCO), a 19 e 20.02

Debate sobre a situação dos direitos fundamentais na UE (relatórios anuais de 2018-19).

Assuntos Externos (AFET), a 19 e 20.02

Troca de impressões com Riyad Al-Maliki, MNE da Palestina, com Aharon Leshno-Yaar, Embaixador de Israel junto da UE e da NATO, bem como com Fernando Gentilini, Diretor no Serviço Europeu de Ação Externa para o Processo de Paz no Médio Oriente (à porta fechada, este último). Troca de impressões com João Vale de Almeida, Embaixador da UE no Reino Unido (à porta fechada).

Cultura e Educação (CULT), a 19.02

Audição pública sobre a utilização de inteligência artificial na educação, na cultura e no setor audiovisual

Assuntos Económicos e Monetários (ECON), a 17 e 18.02

Votação do [relatório](#) sobre a União Bancária, que tem como relator o Deputado Pedro Marques (S&D).

Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE), a 19 e 20.02

Audição sobre a utilização de Inteligência Artificial pela polícia e pelas autoridades judiciais em matéria penal.

Política Regional (REGI), a 19 e 20.02

Troca de impressões sobre o Fundo para uma Transição Justa.

Comissão Europeia

Deverão ser [adotadas](#), na próxima semana, as propostas sobre *A Estratégia da UE para a era digital*, *O Livro Branco sobre Inteligência Artificial* e *A Estratégia Europeia sobre Dados*.

Conselho da União Europeia

17 de fevereiro de 2020

- [Eurogrupo](#)
- [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#)
- [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#)

18 de fevereiro de 2020

- [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)

20 de fevereiro de 2020

- [Conselho Europeu Extraordinário](#)
- [Conselho \(Educação, Juventude, Cultura e Desporto\) sobre Educação](#)

Bruxelas | 14 de fevereiro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique [aqui](#).